



## **A HORA E A VEZ DA UDN MINEIRA: LIDERANÇA E PROJEÇÃO DO PARTIDO NO GOLPE DE 1964**

BERNARDO ROCHA CARVALHO\*

Desde meados de 1963 até abril de 1964 o tema que mais demoradamente vinha se arrastando ao longo das sessões da Assembleia de Minas, em sua 5ª Legislatura (1963-1966), parece ter sido o da Revisão Administrativa do estado; uma proposta da Maioria, liderada pela bancada UDN – embora com variações no interesse demonstrado pelos deputados do partido – e que, em uma das principais medidas previstas, estabelecia novos critérios, mais tangíveis, para a emancipação de distritos e sua transformação em novos municípios. Os defensores da revisão afirmavam que a emancipação era uma demanda histórica de dezenas de distritos e povoados do interior de Minas, e que sua realização levaria àquelas populações sertanejas equipamentos públicos já disponíveis e plenamente utilizados pelos cidadãos de parte das cidades mineiras. O programa político apresentado como fundamento para a justificação da emancipação de cada vez mais distritos era o “municipalismo”, ou seja, a ideia do progressivo incremento de autonomia dos municípios, em um sentido descentralizador da administração pública e do aparelho estatal. Seu principal defensor na ALMG fora o deputado udenista Sinval Boaventura, que em sessão extraordinária para discussão da revisão administrativa, ainda em 19 de março, apontou o intelectual Rafael Xavier, ex-presidente do IBGE,<sup>1</sup> como quem teria despertado “em todo território brasileiro a mentalidade e a consciência de uma autêntica política municipalista” (MINAS GERAIS, N° 64, 1964:4). Boaventura remeteu, então, à sua história de vida para justificar sua opção pelo programa político preconizado por Xavier:

Ainda na ditadura [do Estado Novo], morando no interior, em zona rural, sentimos a necessidade de uma política municipalista, que emprestasse os problemas de nossas pobres comunas, e talvez mesmo, devido àqueles sofrimentos e angústias, devido ao esquecimento do Poder Público, para o interior, foi que atendemos ao convocamento de nossa participação na vida pública. Nomeado Prefeito do município de Rio Paranaíba, em 1947, naquela

---

\* Aluno de Mestrado em História na Universidade Federal de Juiz de Fora, bolsista CAPES. Este texto trata-se de uma parte, modificada, do primeiro capítulo da dissertação de mestrado do autor, ainda não concluída; apresenta, portanto, resultados preliminares da pesquisa.

<sup>1</sup> Xavier, que havia sido exonerado da presidência do IBGE por João Goulart em 1961, foi um dos principais formuladores do municipalismo no Brasil, tendo sido fundador e primeiro presidente da Associação Brasileira Municipalista, cujo objetivo, segundo ele, era o de garantir que a “democracia e o federalismo se cumpram no Brasil até as últimas consequências, isto é, até o Município” (SANTOS, 2008:17).

época o mais jovem do Brasil, esclareço ao povo mineiro que, por falta de recursos e máquinas, éramos obrigados a consertar os caminhos municipais, com arados, puxados a bois (MINAS GERAIS, Nº 64, 1964:4).

O deputado recebeu o apoio veemente de seu colega Reni Rabelo, do PSP,<sup>2</sup> que apontou Boaventura como um dos deputados “mais corretos, entre os que têm passado por esta Casa”, detentor de espírito “que se nunca submeteu a jugos ditatoriais”, havia pregado “as liberdades cívicas e a defesa deste regime, para impedir que esta onda subversiva e a corrupção do Poder Público, possam definitivamente pressionar a nossa bravura e acabar com as nossas liberdades [...]”. O deputado Boaventura prosseguiu seu discurso recordando ter sempre participado do sofrimento do povo rural, “da falta de querosene[,] de sal, açúcar[,] remédios e outras necessidades, sem falar na gasolina racionada [...]”, e daí teria vindo a motivação de sua luta “pelo progresso dos municípios, pois a democracia, não sendo alicerçada na política municipalista, não poderá [se] sustentar em outras bases, é porque o município é a célula da pátria”; referiu-se, então, ao principal programa de governo de João Goulart, ao afirmar que “Sempre se fala em Reformas de Base, nesta hora, mas devemos lembrar que, sem a participação dos municípios as Reformas não serão possíveis” (MINAS GERAIS, Nº 64, 1964:4).

No entanto, a despeito dos esforços de alguns deputados da base governista, a Minoria conseguiu, por meses, obstruir a realização da votação da Revisão Administrativa, até que em março de 1964, após dezenas de sessões extraordinárias sobre o tema, ela fora adiada definitivamente. Os deputados mais engajados em sua aprovação culpavam sobretudo a bancada do PSD<sup>3</sup> pelo desfecho inconclusivo, e alguns udenistas acusaram os pessedistas de provocarem uma posição sempre ambígua do partido – que fazia oposição ao governo de Minas, do udenista Magalhães Pinto –, já que a maioria dos pessedistas se mostrava reticente quanto a dezenas de itens do projeto, e assim impossibilitaram um posicionamento unificado da Minoria, provocando, assim, o impasse. Apesar de tal divergência significativa entre UDN e PSD, em abril os dois partidos se uniram na defesa do recente golpe, e na Assembleia de Minas cessaram-se os

---

<sup>2</sup> Partido Social Progressista, cuja grande liderança era o governador de São Paulo, Ademar de Barros, era usado como legenda de aluguel por políticos dissidentes, sobretudo do PSD, em diversos estados (cf. FLEISCHER, 1998:10). Possuía oito assentos na 5ª Legislatura da ALMG.

<sup>3</sup> O PSD possuía 18 assentos na 5ª Legislatura.

mútuos ataques entre as duas maiores bancadas partidárias, o que fez da Revisão Administrativa águas passadas. O único ponto de divergência entre os partidos era quanto à superioridade de seus respectivos candidatos à presidência para o pleito que ocorreria no ano seguinte, e eventualmente o parlamento mineiro tornava-se um palco da corrida presidencial da qual sairia eleito o continuador da obra iniciada pela “revolução”.

Em sessão no dia 14 de abril o deputado udenista Horta Pereira foi à tribuna em defesa do escritor Gustavo Corção,<sup>4</sup> intelectual carioca, também integrante da UDN, que publicara um artigo atacando duramente o pré-candidato à presidência pelo PSD, Juscelino Kubitschek, e por isso havia sido alvo de críticas dirigidas pelo líder da bancada pessedista, deputado Murilo Badaró. Horta Pereira iniciou seu discurso cautelosamente incluindo-se entre os homens públicos que compreendem que suas “divergências democráticas” poderiam “ficar adiadas”, para que se apurassem, “em tempo próprio”, quando se consolidasse e se estabelecesse “o clima de ordem pelo qual tanto anseia esta Nação, há tanto tempo”, e dirigindo-se a Badaró, esclareceu: “Nossas divergências partidárias não foram suprimidas. Foram apenas adiadas”. Mas, não deixou de ressaltar as qualidades do artigo de Corção, bem como as do próprio autor, e demarcou sua posição quanto à figura de JK ao afirmar que, tendo lhe sempre feito oposição, o que concedia a seu crédito era “muito pouco ou quase nada”, e não deixou de provocar o regionalismo dos pessedistas, ao aludir ao cargo então ocupado pelo ex-governador de Minas e ex-presidente: “Não quero, porém, aprofundar-me agora na análise da conduta do *senador por Goiás*, principalmente, nos instantes em que Minas esteve em risco” (MINAS GERAIS, Nº 72, 1964:3, grifo nosso).

Durante o mês de abril a bancada udenista demonstrou a unidade que se esperaria de um partido que procurava, com todas as forças, se projetar no cenário pós-golpe e consolidar-se como o mais importante do país, posto que, nacionalmente, posicionara-se como o mais proeminente opositor do governo recém derrubado. Em sessão no dia 6, um requerimento assinado por 31 deputados, 15 dos quais eram udenistas, solicitava que fosse enviado ao Congresso um “apelo urgente”, “no sentido de sufragar o nome do

---

<sup>4</sup> Importante intelectual do conservadorismo brasileiro, era um formulador do pensamento político católico de direita. Foi articulista nos principais jornais do país e membro da UDN.

General Humberto Castelo Branco para Presidente da República, a fim de completar o período governamental a terminar em janeiro de 1966”, e ressaltava a “destacada atuação” do general “no movimento de libertação nacional”. Sinval Boaventura foi à tribuna justificar o requerimento, de autoria de seu correligionário Expedito Tavares, e defendeu que “um movimento em conjunto, como foi o movimento revolucionário, parta de Minas, num sentido cívico e patriótico, a fim de que o mais urgente possível, o Congresso vote aquela indicação”, e convocou a organização de “movimentos de cassação de mandatos de deputados comunistas nesta Assembleia”, afirmando em seguida que estaria a realizar “um trabalho bastante rigoroso, a fim de apurar todas as responsabilidades de deputados que tenham ligação subversiva ou que estejam de acordo com a introdução do comunismo internacional no Brasil”. Sugeriu ainda, à Casa, que solicitasse ao DOPS “um pedido de informação, de quais os deputados estaduais estão fichados naquele órgão”, e explicou que “medidas saneadoras precisam ser tomadas para a preservação dos nossos ideais democráticos”. Ainda na mesma sessão, Boaventura também apresentou um requerimento de sua autoria, que lança alguma luz sobre o papel exercido por determinados setores da sociedade civil no desencadeamento do golpe. Trata-se de um voto de congratulações para com a “Rede da Luta pela Paz e pela Liberdade”, conforme o deputado, “composta de todas as emissoras de rádio e TV da Capital, bem como extensa cadeia espalhada pelo Brasil e Minas Gerais”; o voto se estendeu “aos radialistas profissionais e amadores, bem como o pessoal da direção e da técnica da Rádio Inconfidência e TV Itacolomi”, que teriam dobrado turnos espontaneamente e, assim, saíram vitoriosos naquele que o deputado considerou “um dos principais fronts da luta democrática, que foi a ‘guerra psicológica e radiofônica” (MINAS GERAIS, Nº 66, 1964:1-2).

As investidas da bancada udenista no sentido de projetar o partido como o principal agente civil da “revolução” prosseguiram no dia seguinte, quando o deputado José Maria Magalhães apresentou um projeto de lei assinado por outros 33 parlamentares, 10 dos quais também udenistas, que autorizava o Poder Executivo a erigir um monumento à mulher mineira, “por sua decisiva participação na vitória das forças democráticas, conseqüente à revolução de 31 de março de 1964”. De tal modo, o deputado intentava alimentar um imaginário que identificava o ser abstrato “mulher mineira” ao

conservadorismo católico e, sobretudo, ao anticomunismo, afirmando que “[‘ela’] não poderia ficar esquecida”, e que “Manifestando sua fé em Deus e sua crença inabalável nos altos destinos da pátria”, teria lutado “lado a lado, com as forças que se antepuseram ao avanço comunista [...], incentivando aqueles que, investidos de autoridade e do poder, rebelaram-se contra o desrespeito à nossa Constituição” (MINAS GERAIS, Nº 67, 1964:2). Magalhães inspirava-se em um episódio ocorrido na capital mineira em fevereiro daquele ano, que motivou sobremaneira as ações orientadas pelo pensamento conservador em Minas, sobre o qual o historiador Carlos Fico escreveu que:

[...] cerca de 3 mil mulheres invadiram o auditório da Secretaria de Saúde de Belo Horizonte onde Leonel Brizola faria um discurso em defesa das reformas de base. Houve muita confusão, as mulheres usaram sombrinhas e cadeiras como armas e o episódio ficou conhecido como “Noite das Cadeiras”. Brizola não pôde falar (FICO, 2014:61).

O acontecimento também serviu de motivação para que o deputado Athos Vieira de Andrade, do PR, em sessão no dia 23, afirmasse que um dos nomes que deveriam receber a Medalha da Inconfidência naquele ano fosse o do “Grupo de Mulheres que ocuparam as Cadeiras de Brizola”, e em seu pronunciamento, inconformado com a maioria dos nomes que figuravam entre os que receberiam a Medalha, afirmou:

[...] de maneira alguma, poderia o Governo esquecer-se de um grupo de 7 ou 8 mulheres humildes, pretas, lavadeiras, que, com panos amarrados às cabeças, assentaram-se nas cadeiras do auditório da Secretaria de Saúde e Assistência, onde se assentariam os agitadores contumazes do Brasil, liderados por Leonel Brizola. Refiro-me às mulheres pobres que vieram das favelas para cumprir aquela missão patriótica (MINAS GERAIS, Nº 78, 1964:4).<sup>5</sup>

Pouco depois, Andrade recebeu o aparte solidário do deputado Navarro Vieira, do PRP, que completou com sua imaginativa narração a respeito do acontecido:

Desejava trazer a minha solidariedade ao pensamento exposto neste momento, quando S. Exa. lembra a ação heroica daquelas mulheres mineiras, naquela memorável noite da Secretaria de Saúde. Estive com V. Exa., como os Deputados José Maria Magalhães [UDN], Abel Rafael [dep. Federal, PSD], Aníbal Teixeira [PRP] e Spartaco Pompeu [PRP], toda a tarde e uma grande parte da noite naquele prédio público. [...] As mulheres sempre tão puritanas, sempre tão mineiras, submeteram-se a serem revistadas pelos policiais nos portões da Secretaria. [...] e com sua oração e com o terço às mãos, representaram o primeiro brado de alerta que veio encorajar-nos perante as

---

<sup>5</sup> Sobre a controvérsia quanto ao número de envolvidos no tumulto, e sua repercussão na imprensa, ver: MACEDO, M., 2011.

metralhadoras de Brizola e seus capangas. Foram elas que fizeram com que Minas Gerais se levantasse (MINAS GERAIS, Nº 78, 1964:4).

O regionalismo político aflorado foi um meio fértil para a difusão do pensamento conservador, que havia alimentado a conspiração exitosa; este imaginário era evocado por quase todos os parlamentares que aderiram ao novo governo do país, nas mais diversas oportunidades, em uma constante afirmação do vínculo entre valores e costumes considerados tradicionais e o anticomunismo. Na mesma reunião ordinária da ALMG em que o deputado José Maria Magalhães propôs a criação do monumento à mulher mineira, seu correligionário, deputado Martins Silveira, encaminhou um requerimento para que a Casa enviasse um apelo ao presidente da república e ao ministro da guerra demandando a promoção a General de Exército do Sr. General de Divisão Olímpio Mourão Filho, o oficial que desencadeou a partir de Juiz de Fora a movimentação militar-golpista. Em sua justificativa, o deputado narrou que Minas teria se colocado à frente do “movimento de libertação do País”, ressaltando que apesar do deslocamento das tropas, “Deus, em sua infinita bondade, não quis que mais uma vez se derramasse o sangue de brasileiros”, e elencou Mourão Filho, “paladino da libertação nacional”, como chefe das “Forças Militares”, ao lado do governador Magalhães Pinto, “estadista tão querido de todos os mineiros”, como chefe do que chamou de “Comando Civil”. Colaborando com a construção da narrativa dos conspiradores, afirmou que Mourão Filho havia conduzido sua “luta libertadora com firme e serena decisão, preservando as instituições e resguardando a democracia”, e que o governo deposto tinha “fins odiosos e inconfessáveis: supressão da liberdade, implantação da ditadura”. O general merecedor da promoção teria feito de Minas “a cidadela avançada da revolução”, e teria sido “seu grande chefe militar, o resoluto estrategista da paz” (MINAS GERAIS, Nº 67, 1964:2). Outro deputado que foi à tribuna defender a promoção de Mourão Filho, Bonifácio de Andrada, recordou aqueles recentes “dias intranquilos e inquietos”, vividos “sob temores de instalação de uma ditadura socialista e soviética, no País”. Andrada celebrou o surgimento de “dois grandes Brasileiros, por sinal, de Minas Gerais”, que teriam mostrado que “Minas estava em armas em prol da paz e da lei”, e prosseguiu:

Assim, foi que no princípio deste mês, o eminente governador José de Magalhães Pinto lançou um manifesto histórico que indiscutivelmente o integrará de forma como um dos grandes chefes civis do autêntico movimento democrata do Brasil. [...] tão logo esses grandes mineiros saíram em luta, e em

combate ao Governo Central, e eis que como um castelo de cartas, eis que como um acastelo de areia, o CGT desaparece, a PUA desaparece, a UNE desaparece e com eles desaparece também o governo de João Goulart. [...] Nesta hora, nós mineiros, precisamos pois dar uma demonstração pública do nosso apreço, da nossa admiração e do nosso orgulho para com o General Olímpio Mourão Filho, [...] que soube, de cabeça erguida, enfrentando tudo e todos, marchar heroicamente à frente de suas tropas em direção ao Rio de Janeiro, ao Estado da Guanabara, para ali entrar triunfalmente levando os soldados de Minas para as margens do Atlântico, numa vitória das nossas alterosas montanhas (MINAS GERAIS, Nº 67, 1964:2).

Subscreveram o requerimento, além do autor Martins Silveira, 60 deputados, sendo 22 udenistas, dos 26 que compunham a maior bancada partidária da Assembleia de Minas.

A eleição do marechal Humberto Castelo Branco para a presidência do país, ocorrida no dia 11 de abril em eleição indireta no Congresso Nacional, foi celebrada reiteradamente pelos deputados da UDN, seguros que estavam com a garantia do que declarara o marechal em seu discurso de posse, que seu procedimento seria “o de um chefe de Estado sem tergiversações no processo para a eleição de um brasileiro”, a quem entregaria o cargo “a 31 de janeiro de 1966”. O discurso do novo presidente teve alguns trechos destacados e lidos em sessão no dia 15 de abril pelo deputado Valdir Melgaço. Em um destes trechos Castelo Branco disse que o “levante da nação brasileira” havia ocorrido “Não através de um golpe de estado, mas com uma revolução que, nascida nos lares, ampliada na opinião pública e nas instituições” teria traduzido a firmeza de “convicções e concepções” vindas do passado, as quais seriam doravante transmitidas de maneira aprimorada às gerações futuras. Mais adiante, disse ainda que “o remédio para os malefícios da extrema esquerda”, não seria “o nascimento de uma direita reacionária, mas o das reformas que se fizerem necessárias”, acreditando na incompatibilidade “do desenvolvimento à sombra da orgia inflacionária, ilusão e flagelo dos menos favorecidos pela fortuna” (MINAS GERAIS, Nº 74, 1964:2). A alusão às reformas pode ser tanto uma demonstração da força que o discurso reformista havia conquistado na opinião pública, como um indicativo de que seu conteúdo passaria a ser descaracterizado pelos novos ocupantes do governo federal; além disso, o ataque ao desenvolvimentismo e à inflação, forçosamente vinculados, expressa o esgotamento do “ciclo desenvolvimentista puro” e a interrupção forçada daquele que surgia como seu desdobramento, o “desenvolvimentismo reformista”, tal como especula Ricardo Bielschowsky:

Poder-se-ia dizer, como especulação final, que o golpe militar de 1964 abortou os primeiros passos do que talvez viesse a tornar-se um lento, porém firme, processo político de conquistas sociais e, ao mesmo tempo, o que possivelmente iria constituir-se como sua contrapartida ideológica no nível do pensamento econômico: um novo ciclo ideológico, “reformista” ou de “desenvolvimentismo reformista”, em substituição ao ciclo desenvolvimentista puro, que se havia esgotado (BIELSCHOWSKY, 2000:434).

A UDN possuía especial interesse nas eleições previstas para o ano seguinte, a partir da ideia de que daquela conjuntura crítica iniciada em 1961, já prolongada, coincidente e agravada com o governo Jango, resultaria *a hora e a vez* do partido eleger, pela primeira vez, um presidente do Brasil – possibilidade que se tornou ainda mais factível com o golpe oportuno, sobre o qual os udenistas procuraram se projetar com persistência.

Em reunião extraordinária na Assembleia de Minas, ocorrida ainda em 19 de março, o deputado Homero Santos, do PSD, que havia subido à tribuna para argumentar favoravelmente ao nome de Juscelino Kubitschek como candidato à presidência, foi aparteado insistentemente pelo udenista José Maria Magalhães, que incumbiu-se da tarefa de defender o governador da Guanabara, Carlos Lacerda, das acusações que recebeu do orador. Para o deputado pessedista o país encontrava-se dividido entre “homens [que] pregam o ódio, a anarquia e a bagunça”, e os que “fazem o contrário”, sendo estes últimos quatro nomes que já figuravam como pré-candidatos à presidência: Juscelino Kubitschek, Magalhães Pinto, Ademar de Barros e o ex-governador de São Paulo Carvalho Pinto; os quatro iriam, a partir dali, “às praças públicas, para dizer que não estão de acordo com o ódio, a anarquia, a bagunça, pois se colocam em campos opostos daqueles que duas correntes querem nos impor”, sendo que tais duas correntes, para o deputado, seriam o trabalhismo e o “lacerdismo”. José Maria Magalhães, então, questionou Santos sobre porquê da não inclusão de Carlos Lacerda como um dos candidatos merecedores dos elogios tecidos àqueles quatro primeiros, ao que o pessedista respondeu que o governador da Guanabara era um homem que “apenas prega o ódio, a desunião e lança inverdades”; seguiu-se um debate tenso entre os dois parlamentares, em grande expectativa para as eleições de 1965 (MINAS GERAIS, Nº 64, 1964:5).



Contudo, apesar da liderança exercida por Carlos Lacerda, posicionado nacionalmente como o principal opositor do “janguismo” e do ideário trabalhista, a UDN mineira construía também, paralelamente, a candidatura do governador Magalhães Pinto, em um conflito resultante da tensão entre partidarismo e regionalismo. Na ocasião já mencionada, em que Athos Vieira de Andrade indignou-se contra os nomes indicados para o recebimento da Medalha da Inconfidência, e sugeriu o nome do governador da Guanabara como um dos que deveriam receber a honraria, o deputado do PR questionou, em provocação à bancada udenista: “Por que não se reconhece o trabalho de Carlos Lacerda? Talvez porque s. excia. disputa área idêntica à do Governador do Estado de Minas Gerais”, e assim, sugeriu que a UDN mineira pendia para seu candidato local, sobretudo depois de sua ativa participação no golpe cuja origem havia se dado, justamente, em Minas – ao menos segundo a maioria dos deputados (MINAS GERAIS, Nº 78, 1964:4). Não havia, porém, novidade alguma na postura destes políticos, porquanto nas eleições de 1962, em São Paulo, por exemplo, “embora a UDN apresentasse candidato próprio, setores udenistas preferiram apoiar a candidatura de Ademar de Barros que, segundo Carlos Lacerda, seria ‘o candidato ideal contra o janismo, o janguismo e o comunismo’”, conforme Maria Benevides (1981:121). De fato, é notório que em um bom número de ocasiões os parlamentares udenistas assumem-se como cabos eleitorais de Magalhães Pinto, identificando-o como idealizador daquele movimento conspiratório. Logo em 3 de abril, por exemplo, o deputado João Vaz apresentou um requerimento para um voto de congratulações com “a Associação Médica de Minas Gerais pelo apoio valioso e brilhantíssimo dado pela classe médica ao Movimento Democrático Brasileiro, iniciado pelo Governador Magalhães Pinto que corajosamente encarnou as virtudes cívicas de Minas”, e argumentou que o governador teria encontrado na classe médica “o apoio e a compreensão a que faz jus o Chefe Civil dessa Revolução, o preclaro Governador de Minas” (MINAS GERAIS, Nº 65, 1964:3). Em outra ocasião, o deputado Martins Silveira procurou contemporizar, e explicou que desde a renúncia de Jânio Quadros os brasileiros teriam vivido “de crise em crise, até que em 30 de março deste ano, rebentou neste Estado o movimento liderado pelo grande Governador” (MINAS GERAIS, Nº 66, 1964:3). Por seu lado, tendo recebido um voto de congratulações da Assembleia de Minas pelo papel exercido na “revolução”, Magalhães Pinto agradeceu,

“desvanecido”, pela homenagem em virtude de sua “proclamação aos mineiros, convocando-os para a luta pela paz”, estimulado por poder contar com a “solidariedade e decidido apoio” daquela Assembleia, “cuja contribuição foi valiosa para a vitória da causa que uniu todos os mineiros” (MINAS GERAIS, Nº 75, 1964:1).<sup>6</sup>

A análise do comportamento da bancada udenista em abril de 1964 converge com os principais pontos levantados pelo estudo clássico sobre o partido, de Maria Victoria de Mesquita Benevides, *A UDN e o udenismo*, no qual ressalta-se que durante o governo presidencialista de João Goulart a UDN reedita um “padrão de oposição violenta, característica do período getulista” (1981:119). A intensa radicalização conservadora ocorreu rapidamente: apesar da “Carta de Princípios” (divulgada pelo Diretório Nacional do partido após as eleições legislativas de outubro de 1962) registrar que “As reformas de base são, em princípio, aprovadas, porém fora ‘da área da demagogia e da mistificação’ e ‘respeitadas as nossas tradições cristãs e democráticas’” (1981:122), tal posição seria logo relativizada nos discursos e nas práticas da maioria dos udenistas. A ala do partido conhecida como “Bossa-Nova”, mais transigente e até progressista, chegou a apresentar um manifesto na Convenção Nacional do partido, em Curitiba, em 1963, favorável inclusive à reforma agrária; contudo, a mesma Convenção “acusaria o ponto de não retorno na aliança dos udenistas ortodoxos com os militares” (1981:124, grifado no original), e a UDN, lançando mão cada vez mais da retórica anticomunista, passou a exercer crescentemente “um papel especial na imagem pública e na aliança político-militar” (1981:126), – que já vinha sendo construída pelo menos desde 1961, com a participação ativa de Magalhães Pinto e de Mourão Filho, dentre outros (1981:127). Ainda na Convenção, foi eleito para a presidência do partido o deputado federal mineiro Bilac Pinto, cujo discurso de encerramento do evento “continha um apelo à unidade partidária, acima das naturais divergências, em face da ‘oportunidade de afirmar-se [e] de ampliar-se’ que o malogro do governo estava a abrir para a UDN” (DULCI, 1986:189), e conclamou as Forças Armadas a “interromper o curso visível desse processo

---

<sup>6</sup> Pela “proclamação aos mineiros” o governador se refere ao manifesto de sua autoria publicado em 21 de março, onde afirma a necessidade de reformas, mas dentro da legalidade constitucional, ou seja, contra as pretensões do governo Jango em convocar uma Constituinte, ou mesmo de realizar reformas por meio de Emendas Constitucionais.

revolucionário, restituindo à família brasileira a tranquilidade’, reiterando os ataques contra o governo ‘infiltrado de comunistas’” (BENEVIDES, 1981:124).

Depois do golpe o partido apoiou integralmente as ações do “Comando Supremo da Revolução”, bem como todas as medidas previstas no Ato Institucional, que conforme Maria Benevides seriam “aparentemente tão distantes da ordem jurídica sempre defendida pelos bacharéis udenistas” (BENEVIDES, 1981:128); o deputado estadual Bonifácio de Andrada, por exemplo, um dos principais defensores do governo imposto, havia sido militante da causa parlamentarista, e chegou a introduzir este sistema de governo nas entidades estudantis universitárias de Minas, quando presidiu a União Estadual dos Estudantes, na década de 1950. Outro contraste significativo é a defesa do municipalismo, já exemplificada neste texto, que outrora havia sido uma questão de grande importância dentro do partido, manifestada na Assembleia de Minas pelo deputado Sinval Boaventura, e logo deixada de lado na adesão unânime e integral às medidas de acentuada centralização político-administrativa tomadas pelo governo militar – uma exceção nesse sentido foi o deputado federal pela UDN baiana, Aliomar Baleeiro, que a respeito da doutrina segundo a qual o Congresso passava a ser legitimado pela “revolução”, afirmou a um jornal paulista: “Meu mandato não é legitimado pelo Comando Revolucionário. É pelo povo” (BENEVIDES, 1981:128, nota 6).

Em Minas, os deputados estaduais udenistas eleitos em 1962 aderiram com facilidade à tendência geral do partido em direção a sua vertente mais ortodoxa, na medida em que se polarizava com cada vez mais intensidade a vida política nacional. Mesmo que, no entanto, a campanha eleitoral daquele pleito ainda não tivesse se dissociado do que Otávio Dulci classificou como um “padrão tradicional” no estado, ou seja, “a luta política assinalou-se pelo vácuo ideológico e pela subordinação aos velhos particularismos e à influência do poder econômico” (1986:184). Portanto, apesar da “Carta de Princípios” mencionada acima, e da disposição de alguns quadros nacionais da UDN em tomar parte na elaboração das reformas, “Em Minas, a UDN caracterizou-se, todo o tempo, por certa fidelidade aos traços de origem do partido”, o que o autor explica com a constatação de que tal fidelidade “foi estimulada em parte pela persistência da política de famílias e de lealdades locais, resultando na persistência das rivalidades entre o PSD e a UDN, que

eram em muitos casos a tradução moderna de seculares divisões políticas municipais” (1986:185). Ainda assim, a partir da “coexistência de um padrão competitivo/conflitivo na base e um padrão de compromisso nos níveis superiores” (1999:125), foi possível que em 1964 os representantes de ambas as legendas, junto a outras, menores, se unissem em uma mesma “frente”, ultrapassando as rivalidades de base locais – contendidas que, na verdade, no âmbito da Assembleia, eram abrandadas pela exigência da postura bacharelesca – e aproveitando-se da oportunidade para avançar em definitivo sobre o PTB, que além de ter se tornado um adversário comum aos dois partidos, crescia consideravelmente em número de políticos eleitos nacionalmente nas eleições mais recentes. A polarização ideológica, portanto, “tornava lógica e viável essa tendência à formação de ‘frentes conservadoras’ somando as forças dos dois grandes partidos” (1986:183) por todo o país, sobretudo em Minas, onde, tal como observa, ainda, Dulci:

“Já no nível estadual, e em sua projeção para o nacional, o traço marcante é o do compromisso. Os conflitos intra-elites que caracterizam a política municipal são aí amortecidos por acordos e composições que parecem alcançar amplo apoio dos atores envolvidos” (1999:126).

A maior bancada da Assembleia agiu em bloco nos primeiros meses da ditadura, e projetou-se como a mais bem preparada para exercer uma hegemonia político-partidária no estado, realizando a vocação do partido de representante ilustrado das elites do interior: dos 26 eleitos, 16 eram advogados com experiência política e/ou administrativa prévia à 5ª legislatura; seis eram empresários rurais; um era empresário da indústria siderúrgica, outro era comerciante, e dois, ainda, eram médicos, com ampla predominância daqueles naturais do interior do estado (MONTEIRO, 1994). A UDN havia registrado um crescimento notável em número de cadeiras no parlamento estadual em relação à 4ª legislatura, quando havia elegido 11 deputados; até então o melhor desempenho do partido havia sido nas eleições de 1950, com 21 eleitos. Estes resultados, nota Otávio Dulci, “mostram com clareza a influência que exerce a posse do governo estadual: o partido cresceu em 1950 e 1962, quando ocupava o Palácio da Liberdade [sede do Governo do Estado de Minas Gerais]” (1999:136). Em 1964 a UDN mineira vivia um bom momento, com o Executivo desimpedido, na prática, de executar políticas públicas, contando com ampla maioria no Legislativo, o que favorecia mais ainda a proeminência de Magalhães Pinto como presidenciável. Afora a conjuntura favorável à projeção da

legenda, o ímpeto “revolucionário” demonstrado pelos políticos udenistas naquele ano se explica também a partir da história do partido:

Surgida em ambiente de luta oposicionista, a UDN se destacava pela combatividade. Constituiu-se como partido de cunho ideológico e nisto repousava fundamentalmente sua coesão interna e seu trabalho de arregimentação eleitoral. Com o tempo, as circunstâncias políticas se modificaram, mas não o modo de agir da UDN nem as razões da preferência de seus eleitores (DULCI, 1999:141-142).

E no que concerne à política econômica, Otávio Dulci observa também que a UDN apregoava uma ideologia tecnocrática, preferindo, sempre que possível, que os problemas econômicos fossem tratados a partir de um viés mais técnico, em detrimento de influências alegadamente resultantes do jogo político. Palavras-chave como “eficiência” e “produtividade” compunham o teor das críticas dirigidas pelos udenistas a seus adversários ocupantes de cargos públicos. Contudo, importa salientar:

O tratamento técnico postulado repousava em argumentos morais, mais que em motivos práticos. Ele seria capaz de libertar a administração dos critérios políticos que comprometiam sua objetividade, eliminando desta maneira o favoritismo, a corrupção e a improvisação – pecados atribuídos ao eixo PSD-PTB (1999:142).

Por um lado, portanto, observa-se a coerência do comportamento partidário da bancada udenista como um todo, em relação ao governo Jango, a julgar pelo que Dulci considera o *ethos* peculiar do partido; por outro lado, o que se percebe são condutas particulares incongruentes com este *ethos*, já que entre as centenas de municipalidades do interior do estado era frequente que “a tradicional tendência bipartidária da política mineira” se exprimisse no antagonismo entre os dois grandes partidos, UDN e PSD, em uma “versão moderna da bifurcação municipal de famílias ou clãs que notabilizou outrora o sistema ‘coronelista’. A lógica é a mesma: a política se alimenta da rivalidade e sem conflito não há mobilização” (1999:146).<sup>7</sup>

Nota-se, ainda, que a aliança informal ocorrida na Assembleia entre UDN e PSD – que em 1964 rompia definitivamente com o PTB – foi mais visível e melhor consolidada

---

<sup>7</sup> A propósito, Marx indicara, n’*O 18 brumário de Luís Bonaparte* que “[...] assim como na vida privada se costuma diferenciar entre o que uma pessoa pensa e diz de si mesma e o que ela realmente é e faz, nas lutas históricas deve-se diferenciar tanto mais as fraseologias e ilusões nutridas pelos partidos do seu verdadeiro organismo e dos seus reais interesses, deve-se diferenciar as suas concepções da sua realidade (2011:60-61).

no parlamento mineiro que no brasileiro, já que alguns quadros pessedistas do cenário nacional encontravam-se reticentes quanto às imposições do novo governo, como o mineiro Tancredo Neves, por exemplo. A partir de abril, na ALMG, os deputados de ambas as legendas se uniram sem dissidências e em tom definitivo contra as reformas de base do governo Jango, contra a “subversão” e a “comunização” do país e em torno de uma narrativa comum sobre aquela “revolução”, apesar da rivalidade entre os dois partidos, que persistiu desde 1946; a única questão em que divergiam a partir de então, tal como observado, era sobre seus candidatos à presidência. Na UDN a candidatura de Lacerda se confirmou em novembro daquele ano, na Convenção Nacional do partido; logo, porém, ele se voltaria contra o governo Castelo Branco, diante dos primeiros indicativos de prorrogação do mandato do general. Seu posicionamento encontra oposição dentro da própria UDN, e para os militares, “não interessava uma liderança civil forte, e muito menos contestatória”, de modo que “A nova aliança político-militar não se daria mais com Lacerda mas com os ‘realistas’” (BENEVIDES, 1981:131)<sup>8</sup> – tendência interna à UDN, da qual fazia parte Magalhães Pinto.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENEVIDES, M. *A UDN e o udenismo: ambiguidades do liberalismo brasileiro (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

BIELSCHOWSKY, R. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

DULCI, O. S. *A UDN e o anti-populismo no Brasil*. Belo Horizonte: UFMG, 1986.

---

<sup>8</sup> Sobre os “realistas”, Otávio Dulci identifica que “partiam do pressuposto da legitimidade do regime, e defendiam um desarmamento da UDN em relação às demais forças, como condição para o crescimento do partido. Aceitavam diferentes possibilidades de aliança, mas sua preferência recaía na aliança conservadora PSD-UDN que havia funcionado sob Dutra. Eram tendencialmente conservadores, mas não ao ponto de rejeitar fórmulas de composição em torno de políticas de reforma” (DULCI, 1986:37).

\_\_\_\_\_, O. S. *Política e recuperação econômica em Minas Gerais*. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

FLEISCHER, D. *Brazilian political parties and party system, 1945-1997*. Washington, DC (EUA): The George Washington University, 1998.

FICO, C. *O golpe de 1964: momentos decisivos*. Rio de Janeiro: FGV, 2014.

MACEDO, M. Democracia em perigo: direitas, esquerdas e a radicalização política de 1964 contada pela imprensa carioca. In: XXVI SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26., 2011, São Paulo. *Anais*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2011.

MARX, K. *O 18 brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo, 2011.

MONTEIRO, N. G. (Coord.) *Dicionário biográfico de Minas Gerais – período republicano – 1889-1991*. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa de Minas Gerais, 1994, 2 v.

SANTOS, M. A. M. Teixeira de Freitas e Rafael Xavier: a montante do municipalismo no Brasil. In: IBGE. *O IBGE na história do municipalismo e sua atuação nos municípios: o pensamento de Teixeira de Freitas e de Rafael Xavier*. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

## FONTES

MINAS GERAIS (Estado). *Diário da Assembleia*. Ano LXXII, Nº 64, Belo Horizonte: Órgão Oficial dos Poderes do Estado, 4 abr. 1964.

MINAS GERAIS (Estado). *Diário da Assembleia*. Ano LXXII, Nº 65, Belo Horizonte: Órgão Oficial dos Poderes do Estado, 7 abr. 1964.

MINAS GERAIS (Estado). *Diário da Assembleia*. Ano LXXII, Nº 66, Belo Horizonte: Órgão Oficial dos Poderes do Estado, 8 abr. 1964.

MINAS GERAIS (Estado). *Diário da Assembleia*. Ano LXXII, Nº 67, Belo Horizonte: Órgão Oficial dos Poderes do Estado, 9 abr. 1964.



MINAS GERAIS (Estado). *Diário da Assembleia*. Ano LXXII, Nº 72, Belo Horizonte: Órgão Oficial dos Poderes do Estado, 16 abr. 1964.

MINAS GERAIS (Estado). *Diário da Assembleia*. Ano LXXII, Nº 74, Belo Horizonte: Órgão Oficial dos Poderes do Estado, 18 abr. 1964.

MINAS GERAIS (Estado). *Diário da Assembleia*. Ano LXXII, Nº 75, Belo Horizonte: Órgão Oficial dos Poderes do Estado, 21 abr. 1964.

MINAS GERAIS (Estado). *Diário da Assembleia*. Ano LXXII, Nº 78, Belo Horizonte: Órgão Oficial dos Poderes do Estado, 25 abr. 1964.